

A DINÂMICA DA REDE URBANA NORDESTINA: uma análise a partir da hierarquia urbana.

VINÍCIUS ALBUQUERQUE FULGÊNCIO¹
CAROLINE GONÇALVES DOS SANTOS²

Resumo

Em um mundo cada vez mais globalizado, onde as cidades se articulam, formando redes, as interações urbanas cada vez mais intensas parecem apontar para uma “desterritorialidade”. A descentralização no Brasil vem enfrentando uma problemática referente ao gerenciamento do planejamento regional. Nesse sentido, as redes urbanas aparecem como mais uma nova alternativa que acrescenta a esses problemas uma complexidade ainda não enfrentada, pois as relações entre as cidades que compõem as redes não se restringem às delimitações territoriais. Assim sendo, esse trabalho aponta a necessidade do enfrentamento do grande desafio, que é entender a rede urbana como ferramenta de planejamento. Este trabalho desenvolve-se por meio de um estudo analítico a partir dos estudos de hierarquia urbana. Espera-se, então, que este trabalho elucide questões sobre o debate a respeito da relevância das redes urbanas e dos estudos regionais para o planejamento das cidades, uma vez que se percebe a necessidade de retomar estudos urbanos nas escalas metropolitana e regional.

Palavras chave: Planejamento Urbano e Regional; Teoria do Planejamento Urbano e Regional; análise urbana e regional.

Abstract

In an increasingly globalized world, where cities are linked, forming networks, urban interactions increasingly intense. Decentralization in Brazil has been facing a problem relating to the management of regional planning. In this sense, urban networks appear as another new alternative that adds to these problems a complexity not faced since the relations between the cities that make up the networks are not restricted to territorial boundaries. Therefore, this study highlights the need for the great challenge facing, which is to understand the urban network as a planning tool. This work is developed through an analytical study based on urban hierarchy studies. It is expected then that this work will clarify questions about the debate about the relevance of urban networks and regional studies for the planning of cities, once they realize the need to resume studies in urban metropolitan and regional scales.

Keywords: Urban and Regional Planning; Theory of Urban and Regional Planning; urban and regional analysis.

¹ Docente do Instituto Federal da Bahia, Mestre em Desenvolvimento Urbano

² Docente do Centro Universitário CESMAC, Mestre em Desenvolvimento Urbano

* * *

1. INTRODUÇÃO

Os estudos sobre redes urbanas têm atraído pesquisadores das mais diversas áreas, os quais veem esse tema como uma ferramenta para a elaboração de políticas públicas de desenvolvimento (NETO, n.d.). Completa Corrêa (2006) que a importância desses estudos para a academia está ligada no que diz respeito ao planejamento econômico e social. A montagem de análises, a partir da compreensão da rede urbana brasileira, incide em um importante instrumento para a elaboração de políticas territoriais, em nível nacional, regional e municipal (IPEA, 2001.a).

A rede urbana consiste nas relações entre as cidades, por meio do fluxo de pessoas, capital, mercadorias e informações. O processo de globalização desenvolve-se, dentre outras coisas, em uma rede complexa, em que a territorialidade não configura como uma barreira de isolamento. As relações ocorrem em escalas para além das delimitações administrativas, e as consequências de eventos em um determinado lugar trazem consequências diretas e indiretas para todo o globo.

Conforme trata Rocha (2011) as relações regionais não se configuram como um fator isolado, mas estão ligadas com todas redes nacional e global, em maior ou menor escala. O global e o local se entremeiam numa rede complexa, que fornece importantes informações para o estudo das cidades.

No caso brasileiro, as relações entre as cidades estão dentro desse grande sistema global. Em um recorte mais nacional, a rede urbana do Brasil vem alcançando níveis maiores de complexidade, o que nos indica uma tendência de fortalecimento dessas interações, as quais transformam o espaço urbano, e, sendo a cidade objeto de estudo do urbanista, é necessário entender esse fenômeno como estudo importante na compreensão dos problemas urbanos.

Passando para uma esfera mais regional, a Rede Urbana Nordestina caracteriza-se pela polarização de três principais núcleos urbanos: Fortaleza, Recife e Salvador. Trata-se de uma região marcada por processos históricos e econômicos, que tanto definiram o espaço, como a rede urbana. Percebe-se um forte fluxo do campo para a cidade, com o fortalecimento dos grandes centros urbanos e uma concentração maior no litoral, que no interior. Essa dinâmica hierárquica de centros

maiores na faixa litorânea, com alguns pontos de apoio no interior, caracteriza a estrutura da rede urbana da Região Nordeste.

Diane do exposto, o presente trabalho tem como principal objetivo compreender a dinâmica da rede urbana do Nordeste a partir de análises fundamentadas na hierarquia urbana, uma das principais modalidades de estudos vinculados às redes urbanas, apoiando-se em dados censitários e bases teóricas. Trata-se de um estudo que visa construir e contribuir com o desenvolvimento do conhecimento relativo ao desenvolvimento urbano e regional.

2. REDES URBANAS

De acordo com Corrêa (2006) rede urbana é o conjunto de centros urbanos funcionalmente articulados. Essa articulação de funções envolve território, fluxos, atores, estrutura e escala, que segundo Sposito (2006) combinam-se de forma complexa. É interessante colocar que a rede não é um fenômeno novo, desde a retomada das grandes navegações e das atividades mercantis, passando, em particular, pelas revoluções industriais já é possível observar uma característica organizacional em rede no mundo (DIAS, 1996 apud MOREIRA, 2007).

Uma rede urbana tem papel definidor na formação e no arranjo do território. As relações entre os conjuntos urbanos produzem e robustecem laços de interdependência tanto entre eles, bem como com as regiões que polarizam um dado território. Para os fluxos das mais diversas naturezas, entre os pontos desse referido território, evoca-se o termo de rede urbana (IPEA, 2001.b).

A rede urbana é formada pelas interações entre as cidades, de modo a organizar e estruturar o espaço geográfico (BRAGA, 2004). Nesse sentido, ressalta-se a importância da rede urbana como ator na transformação de territórios. O território reconfigura-se com a reestruturação das cidades e das redes, sendo que esta última compreende os fluxos de mercadorias, pessoas e informações (SPOSITO, 2008). Segundo Corrêa (2006) é por meio da circulação das tomadas de decisões; investimentos e inovações, que a rede urbana cria e transforma atividades e cidades, constante e desigualmente, segundo as dinâmicas internas do

capitalismo. “Nesse sentido, podemos definir a rede urbana como um conjunto de centros urbanos interligados por fluxos de bens, serviços, informações e pessoas, formando um sistema hierarquizado” (BRAGA; CARVALHO, 2004, p. 13).

O estudo sobre redes urbanas aparece como uma tradição no âmbito da Geografia. Tal importância é resultado do processo de urbanização, em especial no século XIX (período de expansão da revolução industrial) refletindo e condicionando transformações decisivas na sociedade (CORRÊA, 2006).

De acordo com Egler et al (2011) três teorias aparecem constantemente como referenciais em estudos atuais sobre redes de cidade. São elas: a teoria dos lugares centrais (CHRISTALLER, 1933); a dos pólos de crescimento (PERROUX, 1978) e a do modelo de rede urbana (LOSCH, 1954).

Ainda segundo Egler et al (2011) a primeira entende que o crescimento da cidade está relacionado à sua especialidade, cuja principal função é atuar como um pólo de serviços para seu entorno imediato, ou região complementar. O papel da centralidade assume-se pelo fato de a cidade ser o lugar das ofertas de bens e serviços mais complexos. Para a segunda teoria, os pólos industriais possuem gênese em torno de aglomerações urbanas importantes, no caminho de fontes de matéria-prima e de passagens de fluxos comerciais significativos e em circuito de áreas agrícolas subordinadas. E a terceira baseia-se na definição de áreas de mercado, na qual a hierarquia entre as cidades está atrelada de acordo com a oferta de serviços e a abrangência de sua demanda. Diferentemente de estudos anteriores, esta última entende que o desenvolvimento de aglomerações urbanas vai além de recursos minerais, ou especialidades de um tipo de força de trabalho; entendendo que há influências suplementares atuantes nesse processo.

A partir dessas considerações, dois estudos foram escolhidos como ferramentas para o desenvolvimento desse trabalho: 1) a hierarquização urbana e 2) o estudo de regiões de influência das cidades. A hierarquia urbana é identificada a partir dos centros urbanos, levando em consideração a classificação dos centros de gestão do território; a intensidade de relacionamentos e a dimensão da região, bem como a influência de cada centro e as diferenças regionais (IBGE, 2007). Já o estudo referente às regiões de influência é realizado a partir da identificação de órgão do executivo, do judiciário, de grandes empresas e na oferta de Ensino

Superior, serviços de saúde e de domínios de Internet. A partir dessas identificações e de informações que tratem de subordinação, monta-se o quadro hierárquico das cidades e a abrangência de influência (IBGE, 2011).

O comando do território é ordenado pela rede urbana e sua hierarquia, bem como suas infraestruturas, sendo indissociável o planejamento urbano, do planejamento territorial e regional (DINIZ, 2011).

Completa Tourinho (2011) que:

A compreensão do que é o espaço da cidade, e de como este se organiza, requer considerar as relações sistemáticas que se estabelecem entre as suas partes e dessas com o seu todo (TOURINHO, 2011, p.92).

Para Braga e Carvalho (2004):

Os estudos de rede urbana são fundamentais para compreender a completa dimensão da cidade e o processo de urbanização. Não basta olhar para a cidade em si, é preciso contextualizá-la regionalmente, saber qual o seu papel na rede de cidades, em suas diferentes escalas: local, regional, nacional e mundial (BRAGA; CARVALHO, 2004, p.14).

Assim, reforça-se a importância do estudo sobre redes urbanas, em especial, para arquitetos e urbanistas, economistas e geógrafos tendo em vista que o espaço da cidade é o objeto de estudo e, por tanto, entender essa sistemática em redes, é de fundamental importância no entendimento do objeto cidade. Em suma, para compreender o espaço intraurbano, é necessário entender o espaço interurbano. Acrescenta-se ao conjunto da rede urbana um centro mais importante de nível metropolitano ou regional, o qual exerce controle econômico e político sobre sua zona de influência imediata (CORRÊA, 2006).

3. A HIERARQUIA DA REDE URBANA BRASILEIRA

Quando se trata de hierarquia urbana, Corrêa (2006) ressalta que embora não sejam os únicos estudos sobre redes urbanas, os estudos referentes à hierarquia urbana são os mais comuns e numerosos. “A hierarquia urbana e as relações de interação, ao longo da rede, são inerentes à estrutura dos serviços e bens que a urbanização produz.” (FERREIRA, 2008, P.543).

Verifica-se que a estruturação da hierarquia urbana baseia-se nos mecanismos de mercado (CORRÊA, 2006). Nesse sentido, Harvey (2004) afirma

que a paisagem geográfica é um produto do capitalismo, o qual adapta o espaço às suas dinâmicas de acúmulo. Por outro lado, o espaço não pode ser entendido como uma mercadoria, tendo em vista que não é lugar de produção de bens, mas sim de reprodução das relações sociais (LEFEBFRE, 2008).

Dentre os diferentes estudos sobre redes urbanas, o REGIC (Regiões de Influências das Cidades) realizado pelo IBGE, está dentre os mais abordados e conhecidos. Os estudos realizados pelo IPEA, na Série Caracterização e Tendências de Rede Urbana do Brasil, também estão dentre os mais utilizados para compreender as redes urbanas. Para a elaboração deste trabalho, utilizaremos ambos os estudos. No entanto, devido ao estudo do REGIC estar mais atualizado sobre a configuração da rede urbana brasileira, o tomaremos como guia, complementando-o com as referências do IPEA. O REGIC baseia-se na presença de órgãos do executivo, do judiciário, de grandes empresas e na oferta de Ensino Superior, serviços de saúde e domínios de Internet. Como o próprio IBGE (2007) coloca, há casos em que as redes transpassam a divisão territorial administrativa, de maneira a influenciar cidades situadas em diferentes unidades do país.

Acerca do REGIC Motta e Ajara (2001) apontam que:

Esse estudo traduz as porções do espaço submetidas à influência de centros urbanos, cujos fluxos de pessoas, mercadorias e informações permitem a conformação de estruturas territoriais relativamente estáveis no decorrer do tempo (MOTTA; AJARA, 2001).

Conforme o IBGE (2011) e os estudos do REGIC (2007) a atual configuração da rede urbana brasileira foi dividida em 12 redes de primeiro nível, polarizadas pelas cidades classificadas, segundo esse mesmo estudo, como metrópoles. As cidades foram classificadas em 5 níveis, os quais estão subdivididos em dois ou três subníveis (Ver Tabela 01).

NOME	DESCRIÇÃO
1º Nível: Metrôpoles	Está dividido em três subníveis. Formado pelo 12 principais centros urbanos do Brasil, os quais possuem forte interação entre si e com extensa área de influência direta
1º Subnível: Grande Metrópole Nacional	Primeiro nível da gestão territorial do País, polarizada pelo maior conjunto urbano do Brasil, São Paulo.
2º Subnível: Metrôpoles Nacional	Constituem os centros urbanos, Rio de Janeiro e Brasília, cujos focos dirigem-se para centros localizados no País, estando, junto a São Paulo, no primeiro nível da gestão territorial.
3º Subnível: Metrôpoles	São os demais grandes centros urbanos de Manaus, Belém, Fortaleza, Recife, Salvador, Belo Horizonte, Curitiba, Goiânia e Porto Alegre.
2º Nível: Capital Regional	São os centros urbanos logo abaixo do nível hierárquico das metrôpoles, mas que abrigam atividades, as quais são servidas para uma área de influência menor, constituída por muitos municípios. Dividem-se em três subníveis.
1º Subnível: Capital Regional A	Cidades com medianas de 955.000 habitantes
2º Subnível: Capital Regional B	Cidades com medianas de 435.000 habitantes
3º Subnível: Capital Regional C	Cidades com medianas de 250.000 habitantes
3º Nível: Centro Sub-Regional	Divide-se em dois grupos, constituem-se pelos centros urbanos de menor complexidade no tocante a atividades de gestão.
1º Subnível: Centro Sub-Regional A	Cidades com medianas de 95.000 habitantes
2º Subnível: Centro Sub-Regional B	Cidades com medianas de 71.000 habitantes
4º Nível: Centro Local	Compõem-se pelas cidades cuja influência não ultrapasa os limites municipais, com população abaixo dos 10.000 habitantes.

Tabela 01 – Classificação das cidades por nível hierárquico

Fonte: Censo IBGE, 2010. REGIC, 2007.

As redes urbanas do Brasil são comandadas pelas 12 metrôpoles, ou seja, as 12 metrôpoles são os centros das suas respectivas redes. “As redes são diferenciadas em termos de tamanho, organização e complexidade” (Censo IBGE, 2011; REGIC, 2007).

O legado regional do Brasil tem como base acontecimentos históricos de cunho sociopolítico, bem como de sua ocupação e dimensão territorial, além de fatores econômicos. Até 1930, os espaços econômicos do país estavam pouco articulados com ciclos de produção primário-exportadora em regiões diversas. Somente com o processo de industrialização, após 1930, aos poucos e bastante desigual, foi sendo produzida a unificação do mercado nacional, período que se estendeu até 1960, em que o processo se deu por meio de atividades mercantis, gerido pelo capital sediado em São Paulo (IPEA, 2001.c).

Nesse sentido, aponta Santos (1993) que:

Quando o Brasil urbano era um arquipélago, com ausência de comunicações fáceis entre as metrôpoles, estas apenas comandavam uma

fração do território, a chamada sua zona de influência. Num segundo momento, há esforços pela formação de um mercado único, mas a integração territorial é, praticamente, limitada ao Sudeste e ao Sul (SANTOS, M.,1993, p.99).

O espaço nacional, em 1960, caminhava para uma interiorização. E como eixo propulsor de modernização e integração do espaço nacional, optava pela cidade industrial centrada nas grandes metrópoles e eixos rodoviários (MONTE-MOR, 2005). Um dos motivadores para a interiorização da urbanização brasileira foi o surgimento de uma outra dinâmica na agricultura, cujo processo foi a internalização do setor produtor de meios de produção e a industrialização da agricultura (IPEA, 2001.d). Segundo Corrêa (2006) a rede urbana brasileira, nesse período, era marcada pela baixa complexidade funcional, pequena articulação entre os centros (de modo a gerar um padrão de forte articulação regional) e articulações interregionais baseadas na polarização das metrópoles regionais.

Até os anos de 1970, São Paulo concentrou a maior parte das cadeias produtivas, de maneira que entre os anos de 1950 e 1970 chegou a corresponder a 42,2% do valor da transformação industrial nacional, o que acarretou na sua primazia, no cenário econômico nacional, processo que iniciou desde o período da produção cafeeicultora no século XIX (SCHIFFER, 2004). Essa concentração por parte de São Paulo resultou, no tocante à desconcentração da atividade produtiva, em algumas alternativas como incentivos fiscais e creditícios, em princípio atendidas por órgãos como a SUDENE, criada em 1960 e a SUDAM, criada em 1967 (IPEA, 2001.b). Observa-se, após meados de 1970, uma desconcentração das atividades produtivas monopolizadas por São Paulo. Há um processo de transferência dessas atividades para o restante do estado de São Paulo, bem como para outras regiões do país, a exemplo das capitais regionais como Salvador, Belo Horizonte e Porto Alegre, muito embora representando polos industriais localizados (SCHIFFER, 2004). Nesse mesmo período, há um movimento interessante que merece destaque: o Centro-Oeste passa de região menos urbanizada do país para a segunda mais urbanizada. Enquanto São Paulo desfazia-se de seu passado para receber a modernidade (pós-Segunda Guerra) e o Nordeste enfrentava dificuldades em recebê-la, devido ao seu passado cristalizado no território e na sociedade. O Centro-Oeste, bem como o Norte, ofereciam a essa modernidade todo um espaço

disponível, praticamente “virgem”, podendo materializar-se sem resistências (SANTOS, 1993). Esse processo provocou um fluxo migratório do Sul e Sudeste para o Centro-Oeste, e do Nordeste para as demais regiões. Ainda nesse período, nota-se que os muitos centros urbanos começam a galgar novos níveis hierárquicos, em geral superiores. Enquanto no Sudeste e no Sul há uma maior presença de articulações, o Norte ainda carece bastante delas e no Nordeste notam-se alguns movimentos que diferem da rede urbana da década de 60.

No entanto, São Paulo continua sendo a alavanca para o desenvolvimento industrial do país, de modo que sua zona de influência configura-se como todo o território nacional. Todavia, com os planos nacionais de desenvolvimento, há um ganho por parte da “periferia nacional”, uma vez que esta teve um desempenho considerável; assim entre 1970 e 1980, São Paulo deixa de ser responsável pelo crescimento industrial nacional de 57,6% para 54,4% (IPEA, 2001.c). Nos períodos 70 e 80, entre as décadas, há um aumento do IDH nacional, o que nos indica que a desconcentração econômica tenha proporcionado tais índices. Todavia não exclui os problemas sociais e a falta de inserção por boa parte da população aos seus benefícios (SOUZA, C., 2004).

Nos anos 1980 há um crescimento significativo de investimentos externos nos países em desenvolvimento. Nesse cenário cria-se uma competição entre nações para atrair tais investimentos. Os investimentos do mercado internacional procuravam estabilidade financeira, política e desregulamentação do mercado de trabalho, como também oportunidades de aquisição por meio de privatizações (SCHIFFER, 2004). Nesse período, o Brasil passou por uma crise econômica que se estenderá até os anos 90. Nos anos 80, a abertura da economia nacional provocou transformações significativas nos sistemas de cidades e na urbanização, as quais contribuíram fortemente para as tendências atuais, assim como as articulações comerciais entre as regiões e com o exterior. As chamadas ilhas de produtividade surgiram em um cenário, assim como na década de 70, em que o crescimento nacional estava desarticulado, centralizado e comandado por São Paulo, o qual tanto era o maior concentrador da produção como do maior mercado intraindustrial. Tais ilhas estavam calcadas na produção para o mercado exterior, de modo a

produzir uma estrutura produtiva nacional bastante desigual, aprofundando ainda mais os problemas inter/intrarregionais do Brasil (IPEA, 2001.b).

Essa busca pelo mercado exterior foi uma forte tendência dessa década; o que, para Sassen (2010) está relacionada ao mercado global, cuja visão do território torna-se mundial, e sua organização ocorre por meio das redes — a partir de polos e fluxos. Feito isso, as relações das ilhas produtoras eram fortemente atreladas ao mercado externo, e pressupõe uma desarticulação entre as redes nacionais. Posteriormente há uma tentativa de formar um mercado único nacional, o qual se concretiza apenas na Região Sudeste. Tais considerações nos propõem entender uma sociedade urbana de caráter fragmentado (IPEA, 2001.b).

Período com baixos índices econômicos e aumento dos problemas sociais, a década de 1980 foi mais conhecida no país como “a década perdida” (DELLASOPPA et al, 1999). Apesar de inicialmente a década de 1980 ter passado por uma euforia econômica, foi marcada por uma crise, de modo que em 1985 já se verificavam baixos índices de exportação. Esse cenário acarretou mais consequências negativas para áreas que já apresentavam problemas, a exemplo do Recife e do Rio de Janeiro, do que para a cidade de São Paulo.

As tendências da urbanização brasileira no final do século XX apresentam um crescimento relativo por parte das metrópoles regionais — maior que as metrópoles do Sudeste. Os centros regionais e as cidades locais passam a ter mais representatividade. Esse fortalecimento metropolitano pode ser justificado por dois fatores: primeiramente há uma transformação qualitativa por parte das metrópoles regionais, uma vez que estão cada vez mais integradas às relações nacionais, e, em segundo lugar, porque essas regiões metropolitanas tornaram-se mais complexas no tocante às relações interurbanas, tanto pela diversidade quanto pela quantidade, assim correspondendo a territórios de maior divisão do trabalho, levando-as para um adensamento de processos econômicos e sociais (SANTOS, 1993).

A década de 1990 foi marcada pelo fortalecimento das cidades de pequeno e médio porte, uma vez que elas foram alternativas para a crise econômica, vivida

pelas metrópoles industriais, devido à agricultura irrigada e à exploração de recursos minerais, em especial (IPEA, 2001.b).

TABELA 2 Crescimento populacional e do PIB por faixa de tamanho dos municípios – 2002-2005 (Em %)			
Tamanho do município	Crescimento do PIB (a.a.)	Crescimento populacional (a.a.)	Crescimento PIB <i>per capita</i> (a.a.)
Maior que 500 mil habitantes	1,55	1,43	0,42
Entre 100 mil e 500 mil habitantes	4,71	2,06	2,85
Menor que 100 mil habitantes	3,22	1,15	2,08

Tabela 02 – Crescimento populacional e do PIB por faixa de tamanho dos municípios – 2002 - 2005

Fonte: IBGE, 2005.

A tabela 02 ilustra, em termos de PIB e população, o expressivo crescimento das cidades médias em relação às demais. Consideremos que nos últimos tempos têm-se como cidades médias aquelas que variam entre 100.000 e 500.000 habitantes (BRANCO, 2007, apud ARAÚJO et al, 2011). Dito isso, e observando a tabela acima, percebe-se que as cidade médias; desconsiderando os aspectos referentes às diferenças de natalidade e mortalidade entre municípios, estão obtendo crescimento populacional.

Dentre as principais mudanças na rede urbana nacional, destaca-se essa tendência de fortalecimento do crescimento das cidades de porte médio, conforme pode ser evidenciado na tabela 02. No entanto, ainda há um forte crescimento das áreas metropolitanas, exceto por São Paulo, Rio de Janeiro e Belo Horizonte, que vêm perdendo espaço para cidades como Vitória e Campinas. Observa-se também, em particular entre 1980 e 1993, a conformação de novas áreas nos estados do Mato Grosso, Tocantins e Rondônia (MOTTA; AJARA, 2001). Esses estados, à exceção do Tocantins, antes apenas sob influência de São Paulo, passam a sofrer também forte influência de Brasília, devido à consolidação de uma rede polarizada pela capital federal; considerando isso em escala nacional.

4. A HIERARQUIA DA REDE URBANA NORDESTINA

Comparada com as demais regiões do país, a realidade do Nordeste é bastante diferente no processo de um “novo urbano”, entendendo-o como anterior à modernização rural, de consumo, de transportes — em linhas gerais da

modernização do país. Esse “novo” se dá nas bases da mecanização do espaço que se dá sobre o “vazio”. Dentre os fatores mais relevantes para uma urbanização mais expressiva estão: a composição fundiária, baseada na concentração de renda, e a resistência ao maior consumo e terceirização. Essa resistência ideológica provocou um lento processo de desenvolvimento da região (SANTOS, 1993).

O processo de desconcentração da produção industrial teve diversos fatores que contribuíram para tal, dentre eles destacam-se: despolarização da metrópole paulistana na produção industrial do país, processo iniciado em 1970 e crescente para as décadas seguintes com destaque para o ano de 1991 (DINIZ, 1993 apud DINIZ; CROCCO, 1996). Destaca-se também o desenvolvimento das infraestruturas como: viárias, de transporte e energia; além do aumento de centros urbanos pulverizados por várias regiões do país — o que proporcionou a criação de novas economias espalhadas pelo Brasil, contribuindo fortemente para a desconcentração industrial. A criação de órgãos como a SUDENE e a SUDAM caracterizaram a tentativa da política econômica em promover essa desconcentração industrial a partir de investimentos. Por fim, todos esses fatores de melhoria das infraestruturas, crescimento da demanda urbana e industrial, com destaque para o potencial exportador, culminou na expansão da fronteira agrícola e mineral. Nesse contexto, observou-se que os centros industriais como Salvador, Recife e Fortaleza eram antigas áreas industriais que estavam vinculadas à grande concentração de população. Todavia não lograram êxito em transformar macroespacialmente a localização industrial do país (DINIZ;CROCCO, 1996).

Por outro lado rebate Lubambo et al (1999) que:

[...] a Região Nordeste não está necessariamente condenada a desempenhar um papel secundário. De fato, as transformações históricas e recentes que a economia regional atravessou confirmaram o elevado grau de produtividade dos investimentos aqui implantados. Se os mesmos não implicaram uma mudança nas condições gerais da economia nem na qualidade de vida da sociedade nordestina, isso deve ser explicado antes pelos mecanismos de distribuição do excedente, do que por uma incapacidade estrutural do Nordeste em acompanhar o avanço da economia brasileira. (LUBAMBO et al, 1999 p.7)

Na década de 1970, o Nordeste passa a ter uma nova abordagem quanto as suas relações com a dinâmica do país, a partir da instalação de polos industriais,

transformando o espaço nordestino (LUMBAMBO et al, 1999). A participação industrial do Nordeste teve destaque entre 1970 e 1990; passando de 5,7% para 8,4% da produção industrial do Brasil. Verificou-se que Pernambuco perde participação, enquanto todos os demais estados ganham (FERREIRA; DINIZ, 1995).

O PIB nordestino chega a representar 15,8% do PIB nacional nos anos 90. Em princípio esse crescimento regional verificado em 1970 esteve bastante concentrado na Bahia devido ao pólo petroquímico, o que acarretou, dentre outros fatores, a queda da participação de Pernambuco. Por outro lado, avaliando toda a década de 70, esse crescimento aparece de forma mais abrangente nos outros estados nordestinos, tanto os de economia menor, como o Rio Grande do Norte, mas também de economia maior, como a do Ceará, que chega a taxas de crescimento em torno dos 13% em 1980. O setor industrial teve uma redução significativa em 1996, após constante crescimento verificado nas décadas anteriores. Esse movimento de contração na indústria nordestina também se verificou em toda a economia local, devido às crises econômicas do final dos anos 80 e início dos anos 90. Por outro lado, a economia do Nordeste apresentou, em meio às crises, bom desempenho (IPEA, 2001.e).

Nesse contexto verifica-se no Nordeste um forte fluxo campo-cidade e elevada hegemonia dos grandes centros, atributo relevante da estrutura urbana regional nordestina, cujo passado ainda reflete na dificuldade de espaços para a produção de relações modernas. As disparidades sociais são reflexos da reestruturação da cadeia produtiva, juntamente com a falta de postos de trabalho para trabalhadores de menor qualificação, o que culminou em um aumento, em relação ao passado recente, pelas demandas e lutas por moradias, transporte e infraestrutura urbana. Nas aglomerações metropolitanas do Nordeste, tendo em vista a menor diversificação produtiva, que fica mais frágil às mudanças da economia, essas características são claras, com grande aumento populacional e elevadas taxas de fluxo migratório rural-urbano (MOTTA; AJARA, 2001). De acordo com estudos do IBGE, o Nordeste apresenta duas dinâmicas diferentes: uma do interior e outra do litoral. A rede urbana do Nordeste tem uma forte característica: as capitais dos estados comandam a rede, com alguns apoios no interior, a exemplo de Campina Grande (PB), Caruaru (PE), Juazeiro-Petrolina (BA-PE), Mossoró (RN), Juazeiro do Norte (CE), Feira de Santana, Ilhéus, Itabuna e Vitória da Conquista.

Segundo Lubambo et al (1999) outra característica das redes urbanas do Nordeste é a grande concentração populacional nas Regiões Metropolitanas — em especial nas mais populosas Fortaleza, Salvador e Recife — sendo este último o que representa a maior taxa, conforme o Gráfico 1.

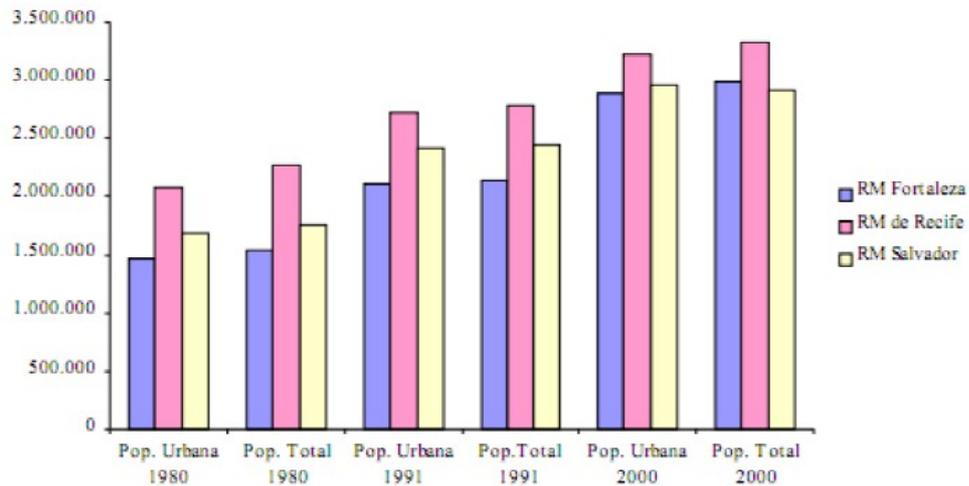


Gráfico 01 – Regiões Metropolitanas de Fortaleza, Recife e Salvador População urbana e total (1980-2000)

Fonte: LUBAMBO et al, 1999.

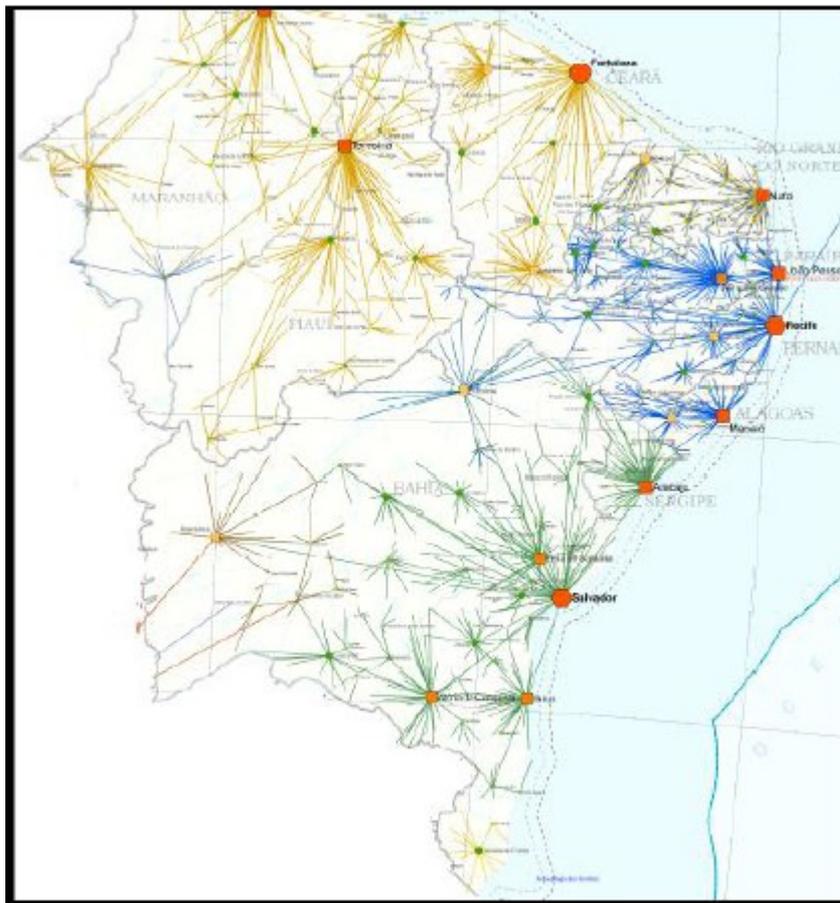
A região Nordeste apresenta-se fortemente caracterizada pela centralidade de comando por parte das capitais estaduais com pontuais apoios no interior (REGIC, IBGE, 2011).

A distribuição espacial das aglomerações urbanas do Nordeste tem como forte característica a concentração populacional na faixa litorânea, movida pela economia tradicionalmente agroexportadora, como também pelas atividades turísticas. Como já mencionado, as Metrôpoles Nordestinas — Recife, Fortaleza e Salvador — têm grande primazia na rede urbana nordestina, devido ao seu contingente populacional, grande participação da população economicamente ativa nas atividades urbanas, como também devido ao seu alto nível de zona de influência e de centralidade. (LUMBAMBO et al, 1999).

O sistema urbano regional do Nordeste brasileiro possui três aglomerações urbanas metropolitanas, as quais, conforme já dito anteriormente, são as bases estruturadoras do sistema. Dentre as três, destaca-se a rede urbana do Recife, uma vez que em comparação com as outras duas, possui a maior área de influência que vai além das suas fronteiras estaduais. Seu eixo principal corresponde desde o Rio

Grande do Norte a Alagoas. Confere também partes da fronteira com o Piauí e também exerce influência sobre alguns municípios ao noroeste da Bahia. A rede urbana do Recife tem influência direta sobre uma quantidade relevante de municípios que exercem certa centralidade, além das interações diretas com aglomerações significativas como João Pessoa, Natal, Maceió, Caruaru e Campina Grande (IPEA, 2001.e).

A seguir, apresenta-se o mapa da rede urbana do Nordeste. Observa-se a já exaustivamente falada primazia das metrópoles de Recife, Fortaleza e Salvador. Tal primazia gera três redes urbanas, as quais são comandadas por essas mesmas metrópoles que apresentam as seguintes características de acordo com os estudos do REGIC (2007) e IPEA (2001.e):



Mapa 6 – Rede Urbana do Nordeste em 2010

Fonte: IBGE, Estudo Sobre as Redes de Influência de cidades, 2010. Adaptado, 2011.

- Rede Urbana de Salvador: A zona de influência dessa rede alcança todo o estado da Bahia, bem como o estado de Sergipe. Representa cerca de 4,9% do PIB brasileiro, com 8,8% da população nacional, cuja concentração está em Salvador com 22% dessa população e 44% do PIB da referida rede. Essa rede urbana tem fortes indicadores sociais negativos; por outro lado, dentro da Região Nordeste é a que apresenta os melhores indicadores. Ainda está em processo de urbanização com taxas de 2,19% de incremento da população urbana. Salvador vem passando por um grande processo de aglomeração populacional em áreas urbanas, em núcleos maiores. Por outro lado, apresenta-se com fortes indicadores sociais negativos, o que pode ser verificado em muitas outras cidades nordestinas. Dentre os indicadores mais problemáticos está o acesso à rede de esgoto do domicílios urbanos, em que, a cada 10 residências, 4 estão ligadas à rede de esgoto, muito abaixo da média nacional.

- Rede Urbana de Fortaleza: O sistema dessa rede urbana estrutura-se a partir de Fortaleza, e estende-se desde o Ceará até Piauí e Maranhão. Segundo estudos recentes do IBGE (2010) o Rio Grande do Norte também está entrando nessa zona de influência, que também é disputada por Recife. Por outro lado, o IPEA. (2001.d) considera que esse processo de disputa entre a rede urbana de Recife e Fortaleza com as partes ocidentais dos estado do Rio Grande do Norte, e do Piauí, ainda está em andamento. Essa rede urbana apresenta altos índices de urbanização, com elevado índice de primazia urbana exercida por Fortaleza. Nessa rede urbana é que se apresentam os piores indicadores, tanto em carências sociais como infraestruturais, que se encaminha para um aprofundamento de sobrecarga dos sistemas urbanos. Considerando que essa rede refere-se aos estados do Ceará, Piauí, Maranhão e parte do Rio Grande do Norte, representa a terceira rede urbana em população do país com 11,2% e em contrapartida 4,5 do PB nacional. Fortaleza concentra 15,8% da população e 25,7% do PIB dessa rede.

- Rede Urbana de Recife. Essa rede é a que apresenta um processo de urbanização mais consolidado, pois se configura na quarta maior rede urbana em população nacional com 10,3% e 4,7% do PIB do país. Como chama o IPEA (2001.d) a Metrópole do Nordeste Oriental — denominação esta que será apropriada por este trabalho — tem como suas zonas de influência os estados do Rio grande do Norte, Paraíba, Pernambuco, Alagoas, parte da Bahia e parte do Piauí. Seu

processo de consolidação da urbanização a torna a rede mais densa dentre as demais do Nordeste (grau de urbanização em torno de 70%) bem como a mais ampla em abrangência de zona de Influência, muito embora seja a menor em área (306.992 km²) comparativamente às demais do Nordeste, Salvador (589.229 km²) e Fortaleza (792.410 km²). Assim como os demais sistemas do Nordeste, a Rede Urbana do Nordeste Oriental apresenta baixos índices de indicadores sociais, com alto grau de pobreza e carência de serviços básicos.

5. CONCLUSÕES

Os estudos relativos às redes urbanas nos proporcionam uma série de aparatos e conhecimentos que permitem uma melhor compreensão da formação urbana do país e suas regiões.

Diante do exposto, é possível compreender, do ponto de vista histórico e econômico, o porquê dos grandes índices de desenvolvimento e investimentos nas regiões Sul e Sudeste. A primazia de São Paulo desde os tempos áureos do café ainda é marcante no cenário econômico do país, mas que desde a década de 1970 vem dando espaço a economias emergentes como o Centro- Oeste e o Nordeste.

A região Nordeste caracteriza-se por uma formação urbana resultante de uma sociedade baseada na agricultura de monocultura e no latifúndio, acarretando numa estrutura de urbana regional dividida em duas dinâmicas: a litorânea e a do interior. A primeira com maiores índices de atividades econômicas e de população e a segunda com menores índices de atividades econômicas e apoiadas pontualmente por cidades medias. Historicamente essas duas dinâmicas são resultado da estratégia agroexportadora da política econômica local, mas que se agravou nos 70 com os investimentos industriais no litoral, em especial nas três metrópoles regionais: Recife, Salvador e Fortaleza. Se por um lado essa política econômica de desconcentração em nacional deslocou alguns investimentos do Sudeste para o Nordeste, por outro intensificou a desigualdade regional entre o litoral e o interior.

Recife, Salvador e Fortaleza são as três metrópoles que comandam a dinâmica econômica e urbana da região Nordeste, mas que fundamentalmente apresentam sérios problemas sociais, em especial àqueles relativos a habitabilidade e acesso a infraestruturas urbanas. Trata-se de uma região que vem apresentando

índices de crescimento, mas que parece repetir alguns erros das estratégias de desenvolvimento já experimentados. É preciso pensar num desenvolvimento menos concentrado, aproveitando as potencialidades locais e investindo em qualificação para que a população tenha maiores possibilidades de empregabilidade.

6. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ARAÚJO Jr, Arlindo. A Urbanização do Brasil, 2006. Disponível em <<http://www.juliobattisti.com.br/tutoriais/arlindojunior/geografia031.asp>>. Acessado em: 6 nov. 2011.

BRAGA, Roberto; DE CARVALHO, Pompeu F. Cidade: Espaço da cidadania. GIOMETTI, Ana Lúcia, B. R. e BRAGA, Roberto (orgs). Pedagogia Cidadã Cadernos de Formação: Ensino de Geografia. São Paulo: UNESP-PROPP, 2004.

CORRÊA, Roberto Lobato. Estudos sobre a rede urbana. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2006. 336p.

DELLASOPPA et al. Violência, direitos civis e demografia no Brasil na década de 80: o caso da Área Metropolitana do Rio de Janeiro. ABCS vol. 14 nº 39 fev/1999.

DINIZ, Clélio C. Dinâmica urbano-regional, rede urbana e suas interfaces. In: Rafael Henrique Moraes Pereira, Brenardo Alves Furtado (Org.). Dinâmica Urbano-Regional: redes urbanas e suas interfaces. Brasília: IPEA, 2011.

DINIZ, Clélio C; CROCCO, Marco A. Reestruturação econômica e impacto regional: o novo mapa da indústria brasileira. Belo Horizonte, Nova Economia, v.6, n.1, jul.1996, p.77-103.

DINIZ, Clélio C; CROCCO, Marco A. Reestruturação econômica e impacto regional: o novo mapa da indústria brasileira. Belo Horizonte, Nova Economia, v.6, n.1, jul.1996, p.77-103.

EGLER, Cláudio A. G. et al. Bases conceituais da rede urbana brasileira: análise dos estudos de referência. In: Rafael Henrique Moraes Pereira, Brenardo Alves Furtado

(Org.). Dinâmica Urbano-Regional: redes urbanas e suas interfaces. Brasília: IPEA, 2011.

FERREIRA, A. H.B. e DINIZ, C.C. Convergência entre as rendas per capita estaduais no Brasil, Revista de Economia Política, 1995, vl.11. n.4 (60).

FERREIRA, Sandra C. Urbanização e rede urbana brasileira: orientação metodológica e preliminar. 1º SIMPGEO/ SP, Rio Claro, 2008.p. 535-548.

HARVEY, David. O Espaço da Esperança. São Paulo: Edições Loyola, 2004.

IBGE. Censo demográfico de 2007. Rio de Janeiro, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 2007.

_____. Censo demográfico de 2007. Rio de Janeiro, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 2007.

_____. Censo demográfico de 2010. Rio de Janeiro, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 2011.

IPEA. Caracterização e tendências da rede urbana do Brasil: configurações atuais e tendências da rede urbana/ IPEA, IBGE, UNICAMP. Brasília: IPEA, 2001a. v.1: gráfs., mapas, tabs. ; 396 p.

_____. Caracterização e tendências da rede urbana do Brasil: configurações atuais e tendências da rede urbana/ IPEA, IBGE, UNICAMP. Brasília: IPEA, 2001c. v.1: gráfs., mapas, tabs. ; 396 p.

_____. Caracterização e tendências da rede urbana do Brasil: desenvolvimento regional e estruturação da rede urbana/ IPEA, UBGE, UNICAMP/ IE/ NESUR. Brasília: 2001b. V.3; 127p.

_____. Caracterização e tendências da rede urbana do Brasil: redes urbanas regionais: Sudeste/ IPEA, IBGE, UNICAMP/ IE/ NESUR, SEADE. Brasília: IPEA, 2001d. V.5; 168p.

_____. Caracterização e tendências da rede urbana do Brasil: redes urbanas regionais: Norte, Nordeste e Centro-Oeste/ IPEA, IBGE, UNICAMP/ IE/ NESUR. Brasília: IPEA, 2001e. v.4; 263p.

LEFEBVRE, Henri. Espaço e política. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2008.

LUMBAMBO, Cátia, et al. Urbanização Recente na Região Nordeste: dinâmica e perfil da rede urbana. IPEA, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, Núcleo de Economia Social, Urbana e Regional – NESUR/IR/UNICAMP, 1999.

MONTE-MOR, Roberto L. A questão urbana e o planejamento urbano- regional no Brasil contemporâneo. Economia e território/ Célio Campolina Diniz, Mauro Borges Lemos (org.), Belo Horizonte: Editora UFMG, 2005. p. 429-448.

MOTTA, D. M.; AJARA, C. Configuração da Rede Urbana do Brasil. R. paran. Desenv., Curitiba, n. 100, p. 7-25, jan./jun. 2001.

NETO, J. P., “As Pequenas Cidades” e sua funcionalidade na rede urbana brasileira: Um estudo de caso do Estado de Pernambuco. ANPUR, nd.

ROCHA, D. J. et al. Integração produtiva e rede urbana. Rafael Henrique Moraes Pereira, Bernardo Alves Furtado (Org.) Dinâmica urbano-regional: rede urbana e suas interfaces. Brasília: IPEA, 2011. p. 119- 134.

SANTOS, Milton. A urbanização brasileira. São Paulo: Hucitec, 1993.

SCHIFFER, Sueli R. A dinâmica urbana e socioeconômica da Região Metropolitana de São Paulo: 1975- 1995. Globalização e estrutura urbana/ Sueli Ramos Schiffer (org.) São Paulo: Hucitec: Fapesp, 2004. p. 166-196.

SOUZA, Celina. Regiões Metropolitanas: trajetória e influência das escolhas institucionais. Metrôpoles: Entre a coesão e a fragmentação, a cooperação e o conflito/ Luiz César de Queiroz Ribeiro (Org.). São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo. Rio de Janeiro: FASE, 2004.

SPOSITO, Eliseu Savério. Redes e cidades. São Paulo: Editora UNESP, 2008.

TOURINHO, Helena L. Z., Estrutura urbana de cidades médias amazônicas: análise considerando a articulação das escalas interurbana e intraurbana. 576p. Tese (Doutorado), Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Urbano, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2011.